



DIREITO ADMINISTRATIVO I

TURMA DA NOITE - 2º ANO

REGENTE: Prof. Doutor Paulo Otero
COLABORADOR: Mestre Miguel Prata Roque

EXAME DE FREQUÊNCIA (COINCIDÊNCIA)

(23.Jan.2009)

TÓPICOS DE CORRECÇÃO

I.

Em 05.01.2009, o Chefe de Gabinete do Ministro da Administração Interna, invocando uma delegação de poderes por parte daquele, decide assinar um protocolo com o Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, no sentido de transferir para aquele município poderes de coordenação da Polícia de Segurança Pública localizada naquele território, sempre que ocorressem nevões que paralisassem as vias rodoviárias.

- Necessidade de delegação fundada em lei (artigo 35º, n.º 1, do CPA)
- Possibilidade de transferência não universal de atribuições do Estado para os municípios depende de contratualização e da abertura obrigatória (artigo 6º, n.ºs 2 e 3 da Lei n.º 159/99);
- Impossibilidade de transferência de atribuições relativas à segurança interna e actividade policial, com excepção das polícias municipais que se limitam a cooperar com as polícias de âmbito nacional (artigo 13º da Lei n.º 159/99, “a contrario” e artigos 237º n.º 3 e 272º, n.º 4, todos da CRP).

Em 08.01.2009, por proposta de um Presidente de Junta apenas apresentada no decurso da reunião, a Assembleia Municipal de Vila Real decide aprovar uma moção de censura à Câmara Municipal por ter assinado o protocolo sem consultar previamente aquele

órgão parlamentar, por 16 votos a favor, 12 votos contra e 3 abstenções. Contudo, o Presidente da Câmara Municipal recusa aceitar a votação e mantém-se em funções.

- Presidentes de Junta de Freguesia são membros da Assembleia Municipal, pelo que gozam de direito de iniciativa (artigo 42º, n.º 1 da Lei n.º 169/99);
- Necessidade de inclusão do ponto na ordem do dia (artigo 83º da Lei n.º 169/99);
- Competência da Assembleia Municipal para aprovação de moção de censura, mas sem que tal implica consequências quanto à demissão da Câmara Municipal [artigo 53º, n.º 1, alínea l) da Lei n.º 169/99];
- Existência de quórum [artigo 89º, n.º 1 da Lei n.º 169/99];
- Aprovação da moção por maioria [artigo 89º, n.º 2 da Lei n.º 169/99].

Revoltada por o Governo não ter celebrado qualquer protocolo com o Município de Mirandela, a Câmara Municipal daquela localidade decide pedir ao Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real que condene o Governo a assinar um protocolo idêntico.

- Contratualização de transferência não universal de atribuições implica abertura a todos os municípios interessados, por respeito aos princípios da neutralidade e da igualdade [artigo 6º, n.º 3 da Lei n.º 159/99];
- Competência para julgamento cabe aos tribunais administrativos [artigo 212º, n.º 3 da CRP, artigo 4º, n.º 1, alínea a) do ETAF];
- Possibilidade de instauração de acção para condenação à prática de acto devido [artigo 66º, n.º 1 do CPTA].

Em 12.01.2009, o Comando Nacional da Polícia de Segurança Pública aprova uma circular dirigida a todos os comandos locais, determinando que a alimentação e meios de aquecimento a distribuir em caso de paralisação de automobilistas só fosse distribuída pelos cidadãos portugueses, mas não já pelos estrangeiros. O agente Belchior, do comando de Vila Real, decide distribuir chá quente e mantas a uma cidadã bósnia que transportava consigo dois filhos de 3 e 5 anos de idade. Aberto o procedimento disciplinar, o agente Belchior afirma que apenas deve obediência à Câmara Municipal de Vila Real e que, para além, disso tal circular violava os mais elementares Direitos do Homem.

- Qualificação da circular como regulamento;
- Problema da inconstitucionalidade das normas regulamentares, por violação do princípio da equiparação entre portugueses e estrangeiros [artigo 15º, n.º 1, da CRP], com reflexos sobre direito à vida ou, pelo menos, à integridade física dos estrangeiros retidos nos nevões [artigos 24º e 25º, da CRP];
- Dever de cumprimento pelos funcionários públicos das normas regulamentares não é afastado pela inconstitucionalidade das suas normas, sem prejuízo de possibilidade de impugnação daquelas perante os tribunais administrativos;
- Dever de obediência apenas cessa com a prática de crime [artigo 271º, n.º 3, da CRP] ou no caso de actos nulos;
- Relação hierárquica em relação à Câmara Municipal de Vila Real fundada em transferência ilegal de atribuições relativas à segurança interna.

Ao constatar o incumprimento da circular pelos agentes da Polícia de Segurança Pública de Vila Real, o Ministro da Administração Interna dirige um ofício ao Presidente da Câmara Municipal nos termos do qual o ameaça de destituição, caso não dê instruções para que a circular seja cumprida. Receoso, o Presidente da Câmara emite uma decisão nesse sentido que comunica ao Comandante do Posto de Vila Real, mas o agente Belchior impugna-la perante a Inspeção-Geral das Autarquias Locais.

- Governo apenas exerce tutela administrativa de legalidade [artigos 199º, alínea d) e 242º, n.º 1, da CRP e artigos 3º e 4º da Lei n.º 27/96];
- Tutela partilhada entre Ministro das Finanças e Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (artigo 5º da Lei de Tutela), sendo que as funções deste última, reportadas a 1996, encontram-se presentemente distribuídas entre o Ministro das Obras Públicas e das Comunicações e o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (artigos 16º e 19º da Lei Orgânica do Governo);
- Após entrada em vigor da Lei Orgânica da PCM, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro, os poderes de tutela administrativa sobre as autarquias locais cabe à Presidência do Conselho de Ministros [artigos 2º, n.º 2, alínea c), 4º, alínea f) e 15º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 202/2006], sendo que cabe ao Primeiro-Ministro dirigir os serviços

encarregues do exercício efectivo da tutela, podendo delegá-los no Ministro da Presidência ou em qualquer outro dos membros do Governo integrados na PCM [artigo 10º, n.º 5 da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, e artigo 5º, alínea *e*) da Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006];

- Perda de mandato apenas ocorre nos casos expressamente previstos no artigo 8º da Lei n.º 27/96;

- Discussão sobre legitimidade do agente policial para impugnar decisão: i) direito de petição [artigo 52º da CRP]? ii) possibilidade de reclamação perante o Presidente da Câmara (artigos 158º, n.º 2, alínea *a*) e 161º e seguintes, do CPA); iii) possibilidade de recurso hierárquico impróprio para Câmara Municipal [artigo 176º, n.º 2 e artigo 65º/6 da Lei n.º 169/99]; iv) recurso tutelar para Primeiro-Ministro ou membro da PCM com competência delegada – e não para Inspeção-Geral das Autarquias Locais – depende de previsão expressa na lei (artigo 177º, n.º 2 do CPA).